

Superior Tribunal de Justiça

PET no HABEAS CORPUS Nº 559.109 - SP (2020/0020085-7)

RELATOR : MINISTRO JORGE MUSSI
REQUERENTE : CLEITON GOMES SOBRAL (PRESO)
ADVOGADOS : BRUNO BARROS MENDES - SP376553
JOSÉ WALTER CORREIA TONCHIS - SP383958
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
REQUERIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de pedido de reconsideração da decisão que indeferiu o pleito liminar visado no presente *mandamus* (fls. 145/146).

Nesta via, o requerente alega que está recolhido provisoriamente em unidade prisional que possui quantidade de presos superior à sua capacidade limite, por crime praticado sem violência e grave ameaça e destaca os termos da Recomendação n. 62/2020 do CNJ que listou "*medidas preventivas à propagação da infecção pelo novo coronavírus – Covid-19 no âmbito dos estabelecimentos do sistema prisional e do sistema socioeducativo*" (e-STJ fl. 169).

Pleiteia, assim, que, diante dos riscos inerentes à pandemia de coronavírus, "*seja concedida a liberdade provisória do réu, ainda que com a aplicação de medidas alternativas*" (e-STJ fl. 170).

É o relatório.

Não há como se reconsiderar a decisão indeferitória.

Com efeito, não trouxe o impetrante novos fatos aptos a modificar o que foi decidido, no sentido de se mostrar, a toda evidência, a necessidade de deferimento da liminar pleiteada, devendo as teses levantadas na inicial serem analisadas quando da apreciação e julgamento do mérito do remédio constitucional.

Ademais, verifica-se que a pretendida concessão de liberdade provisória ou substituição do cárcere por medidas cautelares alternativas, com o fim de preservar a saúde do acusado em razão dos riscos inerentes à pandemia de coronavírus (Covid-19), é questão que deve ser pleiteada perante o juízo competente e não diretamente nesta Corte Superior, sob pena de se configurar a prestação jurisdicional em indevida supressão de instância.

Ante o exposto, **indefere-se** o pedido de reconsideração.

Publique-se.

Após a juntada do parecer ministerial, retornem os autos conclusos para a análise do mérito da impetração.

Brasília, 24 de março de 2020.

MINISTRO JORGE MUSSI
Relator